

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

15/04/2026

Sumário

1. Daniel Vilela anuncia investimento de R$ 165 milhões em asfalto de 126 municípios goianos 3
2. Sem custo às prefeituras, Goiás anuncia R$ 165 milhões em recapeamento para 126 cidades - Jornal Opção 4
3. Daniel Vilela nega filtros para requisições do MP-GO | O Popular 6

A REDAÇÃO - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
14 de Abril de 2026 às 19:48

Daniel Vilela anuncia investimento de R$ 165 milhões em asfalto de 126 municípios goianos

Visualizar notícia

A Redação

Goiânia – O governador Daniel Vilela lançou nesta terça-feira (14/4) a nova etapa do Programa Goiás em Movimento Municípios para a manutenção, conservação e sinalização de ruas e avenidas em 126 cidades do estado. Com investimento de R$ 165,5 milhões nesta nova fase, o Governo de Goiás firma convênios para a execução dos serviços em trechos previamente definidos pelas prefeituras, sem nenhum custo aos municípios. “Nunca houve um governo tão municipalista e parceiro como o nosso, iniciado pelo governador Ronaldo Caiado e que eu tenho hoje o orgulho de suceder”, ressaltou o governador.

O chefe do Executivo Estadual explicou que o programa é uma parceria para atender demanda prioritária de prefeitos. “É uma iniciativa bem construída e avaliada junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para atendermos essa necessidade, porque muitos municípios não têm recursos financeiros suficientes para fazer um investimento tão oneroso, como é a recuperação asfáltica”, comentou Daniel Vilela.

O governador frisou que a definição das cidades que entram no programa ocorre conforme cada entrega da documentação e indicação das vias a receberem os serviços de conservação asfáltica. “A gente licita a obra pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e, em seguida, fazemos a assinatura da ordem de serviço, o que estamos providenciando hoje, para que a empresa execute a obra. O município só tem a responsabilidade de indicar as ruas. A gente lícita, executa e paga esse programa”, detalhou Daniel Vilela.

A presidente da Goinfra, Eliane Simonini, ressaltou os números do programa. “Chegamos a uma marca ímpar. São mais de R$ 500 milhões investidos no Goiás em Movimento desde 2021. Esse é um governo preocupado com os municípios, com as dificuldades que os prefeitos têm na ponta, tanto financeira, burocrática quanto a técnica”, sublinhou.

Goiás em Movimento

O Goiás em Movimento é visto pelos municípios como uma solução para os problemas de infraestrutura. “É uma iniciativa que vem agregar e somar muito à nossa gestão, faz a diferença, proporciona uma cidade mais bonita, sem buracos e alavanca o fluxo econômico”, frisa Jacó Rotta, prefeito de Cabeceiras, no Entorno do Distrito Federal. “Isto mostra a sensibilidade do governador em apoiar as prefeituras. Fomos contemplados com R$ 5 milhões que vão ajudar com asfalto de maior qualidade”, citou o prefeito de Luziânia, Diego Sorgatto.

Presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM) e prefeito de Jaraguá, Paulo Vitor Avelar pontuou que o programa, após o período chuvoso, leva dignidade e qualidade de vida à população. “É uma iniciativa que chega pronta. Isso mostra interesse. O Daniel está dando continuidade ao que foi o governo Ronaldo Caiado de participar da vida dos municípios”.

Programa
Lançado em 2021, o programa alcançou 241 dos 246 municípios goianos com reparos superficiais e profundos, capas asfálticas e sinalização horizontal, o que representa cobertura de 97,96% do Estado. Ao todo, foram recuperados 16,4 milhões de metros quadrados de vias urbanas pavimentadas, garantindo mais segurança, trafegabilidade e qualidade de vida aos moradores, com investimento total superior a R$ 513,8 milhões.

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
14 de Abril de 2026 às 17:59

Sem custo às prefeituras, Goiás anuncia R$ 165 milhões em recapeamento para 126 cidades - Jornal Opção

Visualizar notícia

O governador de Goiás, Daniel Vilela (MDB), lançou, nesta terça-feira, 14, em Goiânia, a nova etapa do programa Goiás em Movimento Municípios (GMM). A iniciativa prevê obras de conservação viária e sinalização em ruas e avenidas de 126 cidades goianas, com investimento de R$ 165,5 milhões. O diferencial é que os serviços serão executados sem custos para as prefeituras, já que o Estado assume diretamente a licitação e o pagamento das empresas responsáveis.

Criado em 2021, o GMM já beneficiou 241 municípios e recuperou 16,4 milhões de metros quadrados de vias urbanas pavimentadas, garantindo mais segurança, trafegabilidade e qualidade de vida para os moradores. O investimento acumulado desde o lançamento ultrapassa R$ 513,8 milhões, consolidando o programa como uma das principais políticas públicas de infraestrutura urbana em Goiás.

Na coletiva de imprensa, Daniel destacou que a parceria com os municípios é fundamental, já que muitas prefeituras não dispõem de recursos suficientes para arcar com a recuperação asfáltica, considerada uma das demandas mais urgentes da população.

“O município indica as ruas mais necessitadas, e o Estado, por meio da Goinfra, licita, executa e paga. É um programa que atende a uma necessidade real e de grande importância”, afirmou.

Ele lembrou ainda que o programa é avaliado junto ao Tribunal de Contas e que a execução ocorre de forma recorrente, respeitando prazos eleitorais e períodos chuvosos.

O governador ressaltou que a continuidade do programa está prevista até dezembro deste ano, mas dependerá do cenário eleitoral para os próximos anos. “Nosso compromisso é dar continuidade em todos os programas já iniciados, ao lado do governador Caiado. É isso que o povo goiano espera de nós, é isso que os prefeitos desejam”, disse.

Atualmente, 123 municípios já estão em execução e outros serão contemplados conforme a entrega da documentação necessária.

Questionado sobre críticas da oposição em relação à falta de obras, o governador rebateu afirmando que há quase uma centena de projetos em execução, incluindo rodovias e pontes em diversas regiões. “O papel da oposição é criticar, mas infelizmente são críticas infundadas. Nós temos obras e vamos aumentar ainda mais essa carteira de execução”, concluiu.

O lançamento contou com a presença de mais de 70 prefeitos, reforçando a adesão dos municípios ao programa. O presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM) e prefeito de Jaraguá, Paulo Vitor, destacou a importância da iniciativa, especialmente no período pós-chuvas.

“Esse recapeamento é de suma importância para uma demanda que o recurso próprio do município não consegue fazer pelo valor. Hoje são 120 cidades atendidas pelo programa, mostrando que o Governo do Estado vai continuar trabalhando em parceria com os municípios. Eu não canso de dizer: as pessoas não moram no Estado, não moram na União, as pessoas moram nos municípios”, afirmou.

Segundo Paulo Vitor, o modelo adotado pelo governo simplifica a execução das obras e garante eficiência. “Não é passado nenhum dinheiro, você não tem que prestar conta, não tem que licitar. A empresa chega, executa, e o prefeito fiscaliza a qualidade da obra. Isso gera economia de manutenção, melhora o trânsito e a mobilidade urbana”, explicou.

Ele ressaltou que algumas cidades conseguiram recapar praticamente todas as avenidas, reduzindo transtornos e até acidentes graves.

O prefeito também lembrou que o programa atende apenas à zona urbana, mas que o Estado possui outra frente voltada para a área rural. “O Goiás em Movimento recapeia o que já existe, não faz asfalto novo. Já a Patrulha Rural atua nas estradas vicinais, especialmente afetadas pelas chuvas. São 20 equipes que percorrem os municípios, organizando as estradas e garantindo acesso à população rural”, detalhou.

Entre os municípios beneficiados está Porteirão de Goiás. O prefeito João Henrique Silva (MDB), conhecido como Henrique, comemorou os investimentos recebidos.

“Estamos recebendo R$ 2 milhões de recapeamento, mais R$ 1,1 milhão para construir uma ponte e a grande notícia é que mais R$ 158 milhões serão destinados para recapeamento em Porteirão. Graças a Deus, nosso município foi muito bem assistido pelo governo do Estado”, afirmou.

Henrique destacou que Porteirão é uma cidade pequena e carente, que depende da parceria com o governo estadual para realizar obras de infraestrutura. “Se torna inviável fazer isso com recurso próprio. A arrecadação é pouca e a despesa é grande. Então, se não tiver parceria, os municípios não dão conta. Esse foi um chute na marca do pênalti que o governador fez o gol, ajudando a levar infraestrutura tão importante para o nosso município”, disse.

O prefeito agradeceu ao ex-governador Ronaldo Caiado e ao atual governador Daniel Vilela pela continuidade dos investimentos. “Temos certeza que o Daniel será um bom governo até dezembro e a partir de janeiro também. A gente conta com isso”, concluiu.

A presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Eliane Simonini, também destacou a relevância do programa. “Esse é um programa que ajuda as prefeituras a fazerem recapeamento urbano dentro dos municípios. Desde 2021 já foram investidos mais de R$ 500 milhões em recapeamento, tanto microrevestimento como CBOQ. É importante destacar que esse programa é a custo zero para a prefeitura”, explicou.

Segundo Eliane, a Goinfra é responsável por toda a execução. “O prefeito faz o convênio, a gente roda a documentação, faz a licitação e entrega a obra pronta para a população, sem nenhum custo. A contrapartida da prefeitura é apenas técnica, indicando os pontos que serão atendidos. Hoje são 123 municípios contemplados nesta etapa e outros 49 já em fase de licitação. Durante esse tempo todo atendemos 98% dos municípios goianos”, afirmou.

Ela reforçou que o programa demonstra o caráter municipalista da atual gestão. “Esse é um governo que realmente se preocupa com os municípios, que está de mãos dadas com os prefeitos, sempre à disposição da população e pensando no melhor para o Estado de Goiás”, concluiu.

O prefeito Amilcar Machado Pereira Júnior (MDB) ressaltou a importância do programa para cidades pequenas. “A maioria dos municípios pequenos tem dívidas, fornecedores e serviços contínuos para serem executados. Um programa como esse, em que o Estado faz a pavimentação e o recapeamento, é muito importante. Ainda mais saindo do período chuvoso, quando o asfalto já está bastante deteriorado”, afirmou.

Segundo Amilcar, Doverlândia será contemplada com a complementação da pavimentação asfáltica da cidade. “Ano passado recebemos R$ 2 milhões desse mesmo programa e agora mais R$ 2 milhões. São serviços que a prefeitura não conseguiria fazer sozinha. Temos transporte escolar, saúde, fornecedores, folha de pagamento, dívidas, previdência. Então esse é um programa que realmente vem ajudar os prefeitos e os municípios”, finalizou.

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
14 de Abril de 2026 às 06:39

Daniel Vilela nega filtros para requisições do MP-GO | O Popular

Visualizar notícia

Daniel Vilela nega filtros para requisições do MP-GO
Governador diz que medida da PGE busca apenas organizar respostas e que terá conversa com o procurador-geral de Justiça

Fabiana Pulcineli e Gabriel Neves

14 de abril de 2026 às 22:47
Modificado em 14/04/2026, 22:58

Daniel Vilela (MDB), governador: atos da PGE tiveram intenção de estabelecer “condição organizacional mínima” (Wildes Barbosa/O Popular)

ouvir matéria

O governador Daniel Vilela (MDB) afirmou nesta terça-feira (14) que pretende conversar com o procurador-geral de Justiça, Cyro Terra Peres, para "estabelecer uma organização" em relação às requisições do Ministério Público de Goiás (MP-GO) ao governo estadual e negou que a gestão tenha instituído "regramentos" ou "filtros" a respeito dos pedidos ministeriais.

Daniel comentou o caso após representação protocolada, na segunda-feira (13), pela Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) junto à Procuradoria-Geral de Justiça de Goiás (PGJ), em que solicita medidas extrajudiciais e judiciais para suspender o efeito de atos do governo, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que criaram regras para analisar as requisições.

Nesta terça, a PGE também resolveu tornar pública a Nota Técnica (NT) nº 1/2026/PGE/NEAG, de 10 de fevereiro de 2026, assinada pelo procurador-geral Rafael Arruda, que instituiu um checklist, chamado de "plano de ação", antes da elaboração de respostas ao MP. Na sexta-feira (10), a PGE havia alegado sigilo diante do pedido do POPULAR . Agora, a procuradoria afirma que a divulgação "decorreu da necessidade de evitar interpretações equivocadas e desinformação que vinham sendo difundidas sobre o seu conteúdo e a sua finalidade". O órgão também alega que "não editou normas", mas apenas "orientou internamente a atuação administrativa dos procuradores".

Daniel afirmou que o governo é transparente e não tem nada a esconder do MP, e que os atos (além da NT, um despacho da PGE) tiveram intenção de estabelecer "condição organizacional mínima". "Os nossos secretários não podem ficar a todo tempo respondendo informações que estão aí no Portal da Transparência. Então é só instituir uma condição organizacional mínima para que eles possam ter atendidos todos os seus pleitos. Nós não temos dificuldade nenhuma nesse aspecto, nosso governo é transparente, não tem de esconder nada, estamos sempre à disposição do Ministério Público", afirmou o governador, em entrevista coletiva no evento de posse do novo secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ademar Leal, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia.

"É um governo transparente, honesto, correto, que não tem nada para esconder", repetiu Daniel ao falar da intenção de conversar com Cyro nos próximos dias.

O POPULAR mostrou no domingo (12) que os atos da PGE instituíram diretrizes para definir a forma de resposta aos promotores de Justiça. Segundo o documento, os procuradores do Estado têm de conferir como o promotor começou a investigar o caso, se apresentou fundamentação para a requisição, se não há invasão de competência dentro do MP-GO, se o pedido é genérico e se há "razoabilidade e a proporcionalidade" na demanda, entre outros questionamentos.

Na NT, Rafael Arruda afirma que o objetivo é "subsidiar a atuação das Procuradorias Setoriais no mister de assessoramento jurídico decorrente do recebimento, análise e resposta a expedientes oriundos do MP". "O documento visa, sobretudo, a conferir segurança jurídica, previsibilidade e uniformidade institucional à interlocução com os órgãos de controle", diz.

Ainda de acordo com o documento, houve "intensificação do fluxo de solicitações, requisições e instauração de procedimentos extrajudiciais" por parte do MP, o que representa "desafios quanto à delimitação do objeto investigado, à competência do órgão solicitante e à proporcionalidade das diligências".

Apesar de Daniel negar a criação de filtros, a Nota Técnica menciona os termos "filtragem jurídica" e "filtros específicos", além de admitir instituição de "roteiro" para análise dos ofícios ministeriais.

"A aplicação deste roteiro não visa ao confronto institucional, mas à qualificação técnica da resposta, garantindo que o atendimento às demandas ocorra dentro dos estritos limites da legalidade", completa o texto da NT.

Rigorismo

A PGE afirmou, em nota encaminhada à reportagem nesta terça, que a NT não estabeleceu a possibilidade de "recusar" requisição. Quando trata da possibilidade de "recusa fundamentada" no texto, a Procuradoria alega que é referência a "solicitações", não a requisições, feitas em caso de inquérito civil. "O rigorismo é diferente", afirma.

Ainda na nota, a PGE afirmou que "não há, em nenhuma medida, a intenção de normatizar, limitar ou controlar a atuação de membros" do MP.

A reportagem questionou a PGE sobre o fato de não ter havido Nota Técnica para tratar de requisições de delegados de Polícia, conselheiros do Tribunal de Contas do Estado ou de juízes, mas apenas do MP. O órgão do governo respondeu que "requisições dessas autoridades são incomuns na rotina administrativa".

"O volume expressivo de expedientes apuratórios é, em regra, originado do Ministério Público, o que justificou a necessidade de uniformizar internamente a atuação dos procuradores nesse contexto específico. De todo modo, a PGE adota o mesmo rigor técnico-jurídico em qualquer demanda que chegue à instituição", afirma.

Depois da divulgação de representação por parte da AGMP, a chefia do MP-GO divulgou nota na noite de segunda-feira em que afirma que "atos administrativos internos de outros órgãos não possuem aptidão jurídica para restringir ou condicionar o exercício do poder (de requisição do MP, garantido pela Constituição Federal), tampouco vinculam a atuação do MP". "A fiscalização da regularidade das requisições ministeriais compete aos órgãos internos de controle do próprio Ministério Público", diz.

A PGJ completa que "eventual descumprimento injustificado de requisições, motivado pela aplicação de orientações internas da Administração Pública, será avaliado à luz do ordenamento vigente e ensejará as providências legais cabíveis".